

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,
realizada em 22 de novembro de 2018**

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, no Edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Paulo Alexandre Vieira e Sousa, Ana Genoveva da Silva Araújo e Luís António de Sousa Teixeira. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ----

Procedeu-se de imediato à leitura da ata da reunião anterior que, colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade. -----

No período “antes da ordem do dia” o senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento aos senhores vereadores das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

De seguida o senhor Presidente deu conhecimento que nos passados dias 9, 10 e 11 de novembro decorreu, na Vila de Terras de Bouro, mais uma edição da Feira-Mostra de S. Martinho nas Terras do Gerês, que apesar das condições climatéricas registou assinalável adesão. Informou ainda que os custos incorridos com aquele certame se cifraram em 21.131,00 €, o que representa uma redução face ao evento de 2017, cujo orçamento total atingiu os 26.385,00 €. -----

Continuando, informou que no próximo dia 26 de novembro decorrerá a cerimónia de assinatura dos contratos com o ICNF, o Fundo Ambiental e o Ministério do Ambiente e da Transição Energética, que estará representado pelo respetivo Ministro, Eng.º João Pedro Matos Fernandes, e pela Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Dra. Célia Ramos, para Requalificação da Estrada da Mata da Albergaria. Tratam-se de duas intervenções previstas na Resolução de Conselho de Ministros n.º 83/2016, de 15 de dezembro que previa um investimento total naquela zona de cerca de 430.000,00 € e que fruto do trabalho realizado pelo executivo municipal aumentou em cerca de 400.000,00 €, dos quais 150.000,00 € serão suportados pelo orçamento municipal. O senhor Presidente aproveitou o momento para enaltecer o envolvimento neste projeto do senhor Dr. Armando Loureiro do ICNF e da Sra. Secretária de Estado, Dra. Célia Ramos, bem como do senhor Arq. Manuel Martins, da DOMAS. -

Prosseguindo, informou que se realizará nos próximos dias 1 e 2 de dezembro mais uma edição da “*Gerês Extreme Marathon*”, com o apoio do Município, onde são esperados cerca de 1.500 atletas de diversas nacionalidades. -----

Em relação ao Orçamento Municipal para o ano de 2019 e à posição tomada pelo senhor vereador do TBNP, não na reunião do executivo, mas na sua página do *Facebook*, o senhor Presidente referiu que apesar de convidado a apresentar contributos para a respetiva elaboração, não o fez, e posteriormente absteve-se na votação. “*Até aqui tudo normal*”, disse. Anormal, prosseguiu o senhor Presidente, é afirmar que projetos não saíam do papel em 31/08/2017. “*Ora, nem aqui estávamos!*”-----

Os projetos herdados do executivo anterior, que publicou na rede social, foram mantidos, melhorados e outros não existiam, o que representa a maior parte. O que existia era uma ideia de desenvolvimento de projetos, pois na prática, para lançamento dos concursos de empreitadas não existia qualquer documento, muito menos as respetivas especialidades.

Ao contrário do que sucedeu em 2009, o atual executivo em permanência, respeitou o trabalho efetuado pelo anterior executivo e lançou os concursos de diversos projetos, como a requalificação das escolas, o controlo das invasoras lenhosas. *“Não abandonamos os projetos”*, disse o senhor Presidente. -----

De seguida o senhor Presidente referiu que em 2009 o executivo que ganhou as eleições abandonou projetos aprovados pelo executivo que o antecedeu, como por exemplo, o *Natur Parque* e o Parque Urbano da Vila de Terras de Bouro. -----

“ Fizemos o que tinha que ser feito! Dedicamo-nos, de alma e coração, com muito empenho a promover a ideia junto das entidades CCDR-N e a elaborar projetos de arquitetura, de especialidades, pedidos de parecer, compra de terrenos e a escritura de terrenos que há muitos anos já o deveriam ter feito e não fizeram. O senhor sabe que tudo isto é verdade!” “Quando alguém publica nas redes sociais que o município gasta dinheiro em projetos, ou não percebe nada de candidaturas a fundos comunitários ou não percebe como se coloca uma obra no terreno!”, disse. -----

Prosseguindo afirmou que em janeiro do corrente ano foram efetuadas, por este executivo, as candidaturas do Parque Verde de Moimenta, a Rua Miguel Torga e a Av. 20 de junho, na Vila do Gerês, a 1.ª fase da Rede Pedonal, desde Alqueirão até ao Bairro, em Vilar da Veiga. Mais tarde, foram elaboradas três novas candidaturas, a saber: ao programa BEM, a requalificação do Campo de Jogos Municipal, o Canil Municipal e a Requalificação do Centro Interpretativo do Garrano. -----

O projeto da Raia Termal não existia, a não ser a intenção do interceptor na Vila do Gerês, disse. -----

No que diz respeito à Ecovia do Homem, concretamente no que diz respeito ao troço entre Moimenta e Souto, o senhor Presidente referiu que não havia nada, nem levantamento topográfico, nem projeto de arquitetura, muito menos especialidades ou pareceres das entidades externas. *“Sejamos sérios”*, concluiu. -----

Relativamente à contratação dos empréstimos junto do BEI o senhor Presidente afirmou que a redução para o valor de cerca 145.000,00 € já tinha sido informada em reunião de câmara, bem antes do senhor vereador ter publicado no *Facebook* a sua notícia, concluindo que ou a informação que é prestada nas reuniões de câmara não interessa ou serve apenas para *“fazer política de terra queimada”*. -----

Prosseguindo o senhor Presidente esclareceu que face aos protocolos a celebrar no próximo dia 26, para um investimento de cerca de 830.000,00 €, o orçamento real, e não de cosmética, irá aumentar ainda mais. -----

“Esperava mais do senhor vereador, acredite!” “Mas claro, a sua preocupação não é o concelho, mas a política! A minha, a nossa preocupação é de facto os interesses da população, em primeiro lugar.”, disse o senhor Presidente.-----

Prosseguindo o senhor Presidente referiu ter ficado com a noção de que o senhor vereador não é a favor do investimento de qualidade, pois referiu que os investimentos previstos no orçamento municipal não trazem qualquer retorno e só agravam a condição do concelho. -----

Ainda sobre o orçamento municipal para o ano de 2019, o senhor Presidente afirmou que assentará numa gestão rigorosa, transparente e com os olhos bem postos no investimento que trarão um melhor futuro para Terras de Bouro.-----

Por fim, o senhor Presidente deixou um agradecimento à Divisão Administrativa e Financeira pela elaboração do orçamento, na qual não existiu, nem poderá existir, qualquer intervenção do executivo municipal nos cálculos do orçamento da receita. ----

De seguida o senhor presidente questionou se algum dos senhores vereadores desejava usar da palavra. -----

Usou da palavra o senhor Dr. Paulo Sousa para questionar o senhor Presidente sobre o estado do processo da deslocalização da ETAR de Souto. Sobre este tema o senhor vereador firmou que na reunião da Câmara Municipal do dia 7/6/2018, foi transmitido o resultado da reunião do dia 28/5/2018, com a empresa Águas do Norte, S.A., juntamente com os presidentes das câmaras municipais de Amares e de Vila Verde e dos presidentes das juntas de freguesia da Balança, da Ribeira, de Souto e de Chorense e Monte, tendo ficado “...vincada a intransigência conta a construção da ETAR na freguesia de Souto, solicitando-se, paralelamente, a ampliação do interceptor até Caldelas, no concelho de Amares”. Nessa mesma, prosseguiu o senhor vereador “...reunião, os representantes da Águas do Norte, comprometeram-se a avaliar a possibilidade de assegurar financiamento para uma alternativa à construção da ETAR”.-----

Prosseguindo, o senhor vereador, referiu que na última reunião do executivo municipal, foi transmitido que, a empresa Águas do Norte, não aceitava a extensão da rede interceptora de saneamento até Caldelas e propunha uma alternativa para a construção da ETAR, em Souto, agora não em Sá, mas mais a jusante do Rio Homem, em Santa Eufémia, acrescentando o senhor Presidente que os encargos com aquisição do terreno e acesso teriam que ser custeados pelo Orçamento Municipal, ficando por esclarecer se aquela ETAR iria servir as freguesias vizinhas de Vila Verde e Amares. -----

De seguida o senhor vereador efetuou as seguintes questões: -----

“Não foi realizada a pergunta, mas questiona-se agora, uma vez que é o orçamento municipal que vai suportar esta deslocalização, pelo menos do novo terreno para construção e respetivos acessos: quem vai suportar os encargos da extensão do interceptor em cerca de 1500 metros e a indemnização aos proprietários dos terrenos?”-----

“Se havia acordo para a extensão do interceptor com os outros presidentes de câmaras, Amares e Vila Verde, se havia projeto inicial de ligação da rede a Cabanelas porque é que se recua agora?” -----

Relativamente ao encerramento do Posto dos CTT na Vila de Terras de Bouro, o senhor vereador referiu, para que fique registado e seja enaltecida a luta das autarquias e das comunidades intermunicipais, sobretudo a CIM Terras de Trás-os-Montes e a CIM Dão Lafões Viseu, que travam contra o encerramento de postos dos CTT, que já levou,

inclusivamente, à suspensão do encerramento dos postos das sedes dos concelhos de Aguiar da Beira e Oliveira de Frades, decretado pela TAF de Viseu, e através do TAF de Mirandela, que foi aceite a providência cautelar contra o encerramento do posto dos CTT de Vila Flor. -----

O senhor vereador considerou lamentável que tenha tido conhecimento, através dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores dos CTT que, desde março deste ano, esta Câmara Municipal já sabia do encerramento do posto localizado na sede do concelho e nada tenha sido transmitido ou tenha sido feito para contrariar a decisão desta empresa privada. -----

O senhor vereador referiu ainda que, por forma a serem reduzidos custos económicos e financeiros da empresa CTT S.A., o município “ofereceu” 2 funcionários municipais para, no agora posto de atendimento dos Correios, trabalharem, remunerados pelo erário público. -----

De seguida o senhor vereador afirmou ter feito o que lhe competia, ou seja, protestou junta da direção da empresa e reportou o problema e a preocupação à ANACOM e a senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, finalizando com a afirmação de que se manteria atento ao desenrolar das ações judiciais a decorrer no TAF de Mirandela e Viseu e, conseqüentemente, em caso de decisão positiva, encetar também, uma posição judicial para repor a continuidade dos CTT, pelo menos, na sede do concelho. -----

Relativamente ao recurso aos empréstimos bancários, o senhor vereador afirmou que *“já era previsível o recurso a empréstimos bancários para financiar alguns projetos municipais, o que não era previsível e acaba até por ser preocupante é o facto desta câmara municipal ter que recorrer “à banca” para adquirir veículos automóveis e maquinaria. Comprova isto que as “gorduras” que este executivo criou, num espaço temporal tão curto, um ano, “abafou” toda a possível receita que pudesse ser canalizada para este investimento.”* -----

Disse então: -----

“A estrutura política do município comporta o equivalente a 5 vereadores e vai custar ao bolso dos terrabourenses cerca de € 720.000,00 em 4 anos.” -----

“Ainda não se conseguiu resolver a questão dos trabalhadores precários (PREVPAP), que acarretará custos fixos anuais cerca de € 280.000,00;” -----

“Ou seja, toda a receita obtida pelo município é canalizada para custos fixos, e assim as necessidades de capital para investimento só podem ser obtidas com recurso ao endividamento.” -----

“Numa boa gestão de economia familiar ou empresarial, quando se recorre a algum tipo de crédito, fazem-se reduções em certas despesas por forma a suportar juros e a reembolsar a dívida. Na nossa autarquia isso não acontece nem vai acontecer.” -----

“Assim, ao fim de um ano este executivo prepara-se para contrair cerca de €1.940.000,00.” -----

Prosseguindo o senhor vereador considerou peculiar a fundamentação para o empréstimo de € 1.550.000,00, a utilizar em 24 meses, no qual são elencados novos projetos, alguns

até faziam parte do programa eleitoral do TBNP, mas que nunca lhes foram apresentados, sendo que só há referência deles na introdução ao orçamento municipal para 2019 e no PPI, e aparecem agora, precisamente quando se propõe a anulação da receita de capital, na execução do orçamento do ano corrente, no valor de € 1.200.000,00, justificando-se com a sua “reprogramação” para o próximo ano. -----

“Pelo que não se espere para breve a realização de obras como a estrada municipal de Pereiró à Ermida ou o Centro Incubador Empresarial (assim definido no programa de TBNP), porque as que estão aprovadas já há alguns anos ainda não saíram do papel”, disse. -----

Ressalvando que se o TBNP tivesse vencido as últimas eleições autárquicas também ia seguir a via do recurso ao empréstimo bancário para realizar investimento, o senhor vereador referiu que o mesmo seria voltado para a economia do concelho e sem colocar em risco o seu futuro. -----

Por fim o senhor vereador afirmou que o que é de esperar e os terrabourenses têm que estar preparados é que muito provavelmente daqui a 3 anos este executivo tenha necessidade de contrair novo empréstimo bancário, em que parte dele, se destinará a pagar as amortizações dos que agora se iniciam. -----

“Com este empréstimo haverá um acréscimo de cerca de 100% na dívida à banca por parte do município”, finalizou. -----

Retomou a palavra o senhor Presidente para esclarecer as diversas questões levantadas pelo senhor vereador, Dr. Paulo Sousa. Assim relativamente à deslocalização da ETAR de Souto referiu que o que disse na reunião anterior foi que se fosse necessário a Câmara Municipal adquirir o terreno e permuta-lo pelo terreno da Águas do Norte, junto à ponte de Saidoira, o faria. Relativamente ao acesso, o que foi dito foi que a Câmara Municipal procederia à pavimentação do mesmo, uma vez que já existe, não existindo qualquer encargo a suportar pela Câmara Municipal com a extensão do interceptor. -----

Relativamente à recolha de águas residuais das freguesias vizinhas de Vila Verde e de Amares para a ETAR de Souto, o senhor Presidente afirmou que já o referiu por diversas vezes neste órgão, ou seja, não pode garantir que no futuro tal não venha a acontecer. --

Voltando à opção pela instalação da ETAR em Souto em detrimento da sua ligação a Cabanelas, o senhor Presidente afirmou, *“mais uma vez, que essa decisão já estava tomada desde 2014”,* lembrando, também as palavras do administrador daquela empresa: *“já instalei uma ETAR acompanhado pela GNR e não tenho problemas em fazê-lo novamente.” -----*

Concluindo este tema, o senhor Presidente afirmou que no próximo dia 13 de dezembro está agendada uma visita do Secretário de Estado do Ambiente para debater este tema e avaliar alternativa. -----

Relativamente ao encerramento do Posto dos CTT da Vila de Terras de Bouro, o senhor Presidente afirmou que tentou demover a empresa da decisão de encerramento daquele serviço, mas ao mesmo tempo, foi tendo conhecimento de situações em que, apesar de toda a polémica e alarme social, os serviços acabaram mesmo por encerrar, como são os casos de Melgaço, Mondim de Basto, Ribeirão, entre outros. -----

A primeira preocupação do executivo em permanência foi, disse o senhor Presidente, evitar o encerramento daqueles serviços. De seguida, evitando alarme social, a preocupação centrou-se na garantia da continuidade do serviço público, com a exceção da subscrição de obrigações, mantendo a confiança dos cidadãos, situação que estaria em risco se tal serviço tivesse sido assegurado por uma entidade privada, disse. -----

Relativamente aos empréstimos bancários e às considerações efetuadas pelo senhor vereador, o senhor Presidente afirmou que a aquisição de máquinas e viaturas, tem por base uma informação da DOMAS que reporta sobre a necessidade daquela aquisição e do mau estado de conservação e funcionalidade que apresenta o Parque de Máquinas e Viaturas. -----

No que diz respeito ao empréstimo para a realização de obras, o senhor Presidente, esclareceu que o mesmo se destina a investimentos para os quais não existe, no atual quadro comunitário de apoio, possibilidade de candidatura e, como tal, se recorrerá a esta fonte de financiamento. -----

Relativamente à anulação da receita relativa a projetos comunitários, no orçamento municipal de 2018, trata-se apenas de uma reprogramação temporal, uma vez que os mesmos se encontram patentes no Orçamento Municipal para o ano de 2019. -----

Quanto à receita obtida pelo orçamento municipal, o senhor Presidente lembrou que o Orçamento Municipal para o ano de 2019 apresenta uma poupança corrente previsional de cerca de 765.000, que representa receita corrente que será canalizada para despesas de investimento, o que contraria a visão do senhor vereador. -----

Por fim o senhor Presidente realçou que o recurso a estes empréstimos bancários cumprem a capacidade de endividamento da autarquia e que os terrabourenses podem estar descansados relativamente à responsabilidade do executivo em permanência no recurso a esta fonte de endividamento, acrescentando que não é legalmente possível recorrer a empréstimos para pagar as amortizações de outros empréstimos. -----

Usou da palavra o senhor Dr. Luís Teixeira para referir que em relação aos projetos aprovados pelo anterior executivo municipal, existia aquilo que era fundamental, nessa fase, para aprovação – até porque havia prazos limite a cumprir e foram cumpridos. -----

“Naturalmente tem que haver trabalho posterior, dando seguimento a essas fases em que se encontravam os projetos e isso caberia ao atual executivo”, disse.-----

Para finalizar o senhor vereador afirmou: *“Volto a repetir que durante 8 anos de presidência do Dr. António Afonso não se executou o projeto do Parque da Vila e também nos 8 anos seguintes o Dr. Joaquim Cracel não o executou – e a meu ver bem e também não executou qualquer outro projeto novo, ou o anterior modificado!”*-----

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, para afirmar que existem projetos que são do atual executivo como sejam, o Canil Municipal ou a Requalificação do Campo de Futebol, que embora não sendo prioritário, se trata de um aproveitamento de uma oportunidade de financiamento. -----

Sendo doze horas e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----